



IMPLICAÇÕES ÉTICAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SAÚDE: PERSPECTIVAS E DESAFIOS ATUAIS

ETHICAL IMPLICATIONS OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN HEALTHCARE: CURRENT PERSPECTIVES AND CHALLENGES

Amanda Bertinetti Tres¹

Giullia Vitória Forte¹

Tamillis Martins Barbosa¹

Geovana Gonzaga Soares¹

Vinicius Gomes de Moraes²

Romulo Renato Cruz Santana³

Resumo: Este trabalho propõe uma reflexão sobre os aspectos éticos envolvidos na aplicação da inteligência artificial (IA) na saúde, com base em uma análise de literatura científica recente. A seleção dos estudos foi realizada em março de 2025, por meio de revisão simples da literatura nas bases PubMed, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde, utilizando os descritores “Artificial Intelligence” e “Medical Ethics”. Após aplicação de critérios de elegibilidade — como idioma (português, inglês ou espanhol) e período de publicação (2020–2025) —, foram selecionados quatro artigos. A análise dos textos priorizou discussões sobre privacidade de dados, autonomia do paciente, responsabilização por decisões algorítmicas, vieses e riscos de desumanização do cuidado. Os resultados reforçam a necessidade de uma abordagem ética rigorosa na incorporação da IA em contextos clínicos incorporando os meios tecnológicos atuais como forma de auxílio ao profissional previamente habilitado e constantemente treinado para o uso de meios de IA no adequado manejo clínico dos pacientes.

Palavras-chave: Ética Médica. Inteligência Artificial. Assistência Médica. Saúde Digital.

Abstract: This paper proposes a reflection on the ethical aspects involved in the application of artificial intelligence (AI) in healthcare, based on an analysis of recent scientific literature. The selection of studies was carried out in March 2025, through a simple review of the literature in

¹ Acadêmicos do curso de Medicina UNIFIMES - Mineiros; amandabertinetti02@gmail.com.

² Externo: Hospital Anchieta – DF

³ Docente do curso de Medicina UNIFIMES - Mineiros.



the PubMed, Google Scholar and Virtual Health Library databases, using the descriptors “Artificial Intelligence” and “Medical Ethics”. After applying eligibility criteria — such as language (Portuguese, English or Spanish) and publication period (2020–2025) —, four articles were selected. The analysis of the texts prioritized discussions on data privacy, patient autonomy, accountability for algorithmic decisions, biases and risks of dehumanization of care. The results reinforce the need for a rigorous ethical approach in the incorporation of AI in clinical contexts, incorporating current technological means as a way to assist professionals previously qualified and constantly trained to use AI means in the appropriate clinical management of patients.

Keywords: Medical Ethics. Artificial Intelligence. Medical Care. Digital Health.

INTRODUÇÃO

A inteligência artificial (IA) representa um dos avanços mais relevantes da medicina contemporânea, oferecendo soluções para diagnósticos mais precisos, personalização de tratamentos e otimização de processos administrativos (Ramezani et al., 2023). Entretanto, seu crescimento acelerado impõe à comunidade médica a necessidade de refletir sobre os limites éticos do uso dessa tecnologia. Princípios fundamentais como a autonomia, a beneficência, a não maleficência e a justiça precisam ser respeitados e resguardados, principalmente diante de sistemas que aprendem e tomam decisões com base em grandes volumes de dados (Borba; Ogata, 2024). Este estudo propõe discutir os principais dilemas éticos identificados na literatura recente sobre IA em saúde.

METODOLOGIA

A presente revisão sistemática foi realizada em março de 2025, a partir de buscas nas bases de dados PubMed, Google Acadêmico e Biblioteca Virtual em Saúde. Para a seleção dos estudos, foram utilizados os descritores “Artificial Intelligence” e “medical assistance”. Inicialmente, foram identificados 17 artigos, os quais passaram por critérios de elegibilidade que incluíram: exclusão de trabalhos duplicados e que não se enquadravam no recorte temporal e linguístico da pesquisa. Foram considerados apenas os estudos publicados entre os anos de 2020 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol. Após a triagem, permaneceram quatro

artigos, os quais foram submetidos a uma leitura minuciosa com o intuito de extrair dados relevantes ao tema proposto e subsidiar a construção desta publicação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise realizada permitiu identificar diferentes dilemas éticos relacionados ao uso da inteligência artificial (IA) na saúde, os quais se conectam diretamente aos princípios fundamentais da bioética: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça.

No que diz respeito à privacidade e proteção de dados, observou-se que, embora a IA possa oferecer benefícios significativos ao aprimorar diagnósticos e tratamentos — em consonância com o princípio da beneficência —, ela também representa riscos importantes à segurança das informações pessoais dos pacientes. Os estudos de Borba e Ogata (2024) e de Melo-Pedroza et al. (2024) destacam que gestores e pesquisadores demonstram preocupação com a possibilidade de vazamento ou uso indevido de dados sensíveis, o que pode causar danos e, portanto, infringe o princípio da não maleficência. A ausência de regulamentação clara e a dificuldade em garantir anonimato absoluto reforçam a necessidade de salvaguardas éticas e técnicas eficazes.

A autonomia do paciente também pode ser comprometida pela utilização de sistemas algorítmicos pouco transparentes. Ramezani et al. (2023) alertam que, ao delegar decisões clínicas a tecnologias de funcionamento opaco, há o risco de reduzir a participação ativa do paciente em seu próprio cuidado. Essa preocupação se intensifica em contextos de telementoring, como mostram Wachs, Kirkpatrick e Tisherman (2021), nos quais a mediação tecnológica pode dificultar a compreensão plena por parte do paciente, limitando o exercício do consentimento informado. Preservar a autonomia, nesse cenário, exige não apenas a disponibilização de informações claras, mas também a supervisão humana constante.

Outro ponto central diz respeito à responsabilidade por decisões baseadas em IA. Os estudos analisados mostram que, diante de um erro diagnóstico ou conduta inadequada orientada por um sistema inteligente, ainda não está bem definido quem deve ser responsabilizado: o profissional de saúde, o desenvolvedor do algoritmo ou a instituição. Essa ambiguidade, conforme discutido por Borba e Ogata (2024), enfraquece a confiança nas tecnologias e prejudica a beneficência, uma vez que a ausência de accountability compromete a segurança clínica e a tomada de decisão consciente. Além disso, sem supervisão humana adequada, o princípio da não maleficência é ameaçado, uma vez que decisões automatizadas podem resultar em danos imprevisíveis.



O princípio da justiça também é desafiado pelo uso da IA, especialmente devido aos vieses algorítmicos e à desigualdade no acesso às tecnologias. Segundo Ramezani et al. (2023), sistemas de IA treinados com dados incompletos ou enviesados podem perpetuar desigualdades sociais e regionais, discriminando grupos sub-representados. Wachs, Kirkpatrick e Tisherman (2021) reforçam essa ideia ao abordar os obstáculos enfrentados por populações em ambientes remotos, que muitas vezes não têm acesso à infraestrutura tecnológica necessária para usufruir dos benefícios da IA. Isso evidencia a necessidade de políticas públicas que assegurem a equidade no uso dessas ferramentas, promovendo justiça distributiva.

Por fim, um tema recorrente nos estudos analisados é o risco de desumanização do cuidado. Embora a IA possa facilitar o atendimento e ampliar a capacidade de resposta do sistema de saúde, há receio de que a substituição da interação humana por interfaces digitais reduza a empatia e o vínculo terapêutico, elementos essenciais à prática médica. Borba e Ogata (2024) mencionam que gestores temem que a excessiva automatização prejudique a experiência do paciente, tornando o cuidado mais impessoal. Já Melo-Pedroza et al. (2024) apontam que ferramentas como o ChatGPT, embora úteis para comunicação técnica, carecem de sensibilidade emocional, o que limita sua atuação em situações que exigem escuta, acolhimento e compreensão subjetiva. Esse distanciamento pode comprometer tanto a beneficência quanto a autonomia, ao restringir o espaço para decisões compartilhadas e relações terapêuticas mais humanas.

Dessa forma, os achados evidenciam que, embora a IA traga contribuições relevantes para o campo da saúde, sua implementação deve ser orientada por uma ética médica sólida, que garanta a centralidade do ser humano em todos os níveis da assistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise evidenciou que o uso da inteligência artificial na saúde, embora represente um avanço tecnológico significativo, exige uma abordagem ética rigorosa para que sua aplicação esteja alinhada aos princípios fundamentais da bioética: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. A partir da revisão dos estudos selecionados, foi possível identificar que questões como privacidade de dados, responsabilidade por decisões algorítmicas, vieses nos sistemas e o risco de desumanização do cuidado são desafios centrais que precisam ser enfrentados com seriedade.



A adoção da IA em contextos clínicos não pode ocorrer de forma acrítica. É essencial que os profissionais de saúde estejam preparados para interpretar e supervisionar o uso dessas tecnologias, garantindo que elas sirvam como ferramentas de apoio e não como substitutas da relação humana no cuidado. Além disso, é fundamental que marcos regulatórios sejam atualizados para assegurar a proteção dos pacientes e a responsabilização adequada em casos de falhas ou danos.

Como forma de contribuir para novos estudos, destaca-se a necessidade de desenvolver pesquisas empíricas que avaliem o impacto real da IA em diferentes contextos clínicos e sociais, bem como investigações interdisciplinares que envolvam áreas como bioética, ciência da computação e saúde pública. Recomenda-se também o investimento em estratégias de educação digital para profissionais da saúde, de modo que possam integrar a tecnologia à prática clínica com senso crítico e responsabilidade ética.

Portanto, mais do que discutir os potenciais da IA, é imprescindível refletir sobre como ela pode ser implementada de forma justa, transparente e centrada no paciente, contribuindo efetivamente para o fortalecimento de uma medicina mais ética, equitativa e humanizada.

REFERÊNCIAS

BORBA, F. A.; OGATA, A. J. **O uso de sistemas de inteligência artificial para a personalização da experiência do paciente: a percepção de gestores de tecnologia e inovação de hospitais associados à ANAHP.** *Jornal Brasileiro de Economia da Saúde*, v. 16, n. 2, p. 108-120, 2024.

MELO-PEDROZA, V. et al. **Análisis bibliométrico de ChatGPT como herramienta emergente en la salud.** *Urología Colombiana*, v. 33, n. 2, p. 61-67, 2024.

RAMEZANI, M. et al. **The application of artificial intelligence in health policy: a scoping review.** *BMC Health Services Research*, v. 23, n. 1, p. 1416, 2023.

WACHS, J. P.; TISHERMAN, S. A. **Telementoring processual em cenários rurais, subdesenvolvidos e austeros: origens, desafios atuais e perspectivas futuras.** *Annual Review of Biomedical Engineering*, v. 23, n. 1, p. 115-139, 2021.